

«Violências na conjugalidade: um problema simétrico?»*

Cláudia Casimiro
Instituto de Ciências Sociais
Avenida Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 LISBOA
Telefone: 217 804 700 Fax: 217 940 274
claudia.costa@ics.ul.pt

* Esta comunicação aguarda publicação em revista científica com referee agradecendo-se por isso o favor de não a citar.

Introdução à problemática

Esta comunicação tem como objectivo essencial abordar alguns dos aspectos teóricos da problemática da simetria da violência no casal através da exploração da literatura recentemente publicada, procurando elaborar-se uma resenha do “estado da arte” sobre a mesma. Este trabalho surge na sequência de parte da fundamentação teórica de uma investigação intitulada «Violência conjugal: um problema simétrico? Representações sociais masculinas e femininas» (título provisório), que decorre no âmbito do II Curso de Doutoramento em Sociologia, no Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa.

Trata-se de um projecto que procura capitalizar um conjunto de conhecimentos assimilados no processo de elaboração da tese de Mestrado, onde se centrou a atenção sobre o modo como as mulheres percebem a violência no âmbito da conjugalidade. O objectivo da actual investigação é alargar o enfoque propondo, assim, tratar a questão da representação social que tanto homens como mulheres têm do que é a violência conjugal e perceber até que ponto ela pode ser considerada, ou não, simétrica. Da comparação entre representações masculinas e representações femininas pode resultar uma visão mais holística sobre a natureza, a dinâmica, as formas e as consequências da violência conjugal.

As perspectivas tradicionais sobre a violência conjugal têm-se baseado na assunção empírica de que os homens são, provavelmente, mais capazes do que as mulheres, de se envolver em actividades violentas nas relações conjugais, sendo o próprio termo “violência conjugal” percebido, ainda hoje, por alguns, como eufemismo de “mulheres agredidas” (“wife battering”). De facto, quando se pensa em violência conjugal associa-se, frequentemente, a questão ao problema da mulher vítima de maus tratos, físicos e/ou psicológicos, por parte do cônjuge. Não se pretende diminuir a importância deste problema, felizmente, cada vez mais reconhecido e investigado.

Também não é nosso objectivo explorar a ideia, sugerida por alguns autores, de que as agressões cometidas pelas mulheres sobre os homens, no âmbito da vivência conjugal, constituem um fenómeno social comparável, na sua natureza e magnitude, ao das mulheres mal tratadas (McNeely, e Mann, 1990; McNeely, e Robinson-Simpson, 1987; Steinmetz, 1977/78; Steinmetz, e Lucca, 1988; Straus, 1993; Straus; Gelles, e Steinmetz, 1980; Straus, e Gelles, 1986). Estes autores sugerem que, no âmbito da conjugalidade (nos casais que formalizaram a sua união, nos casais que vivem em regime de “união livre” e nas relações de namoro) existe uma simetria na actividade violenta (senão mesmo um predomínio da violência feminina), pondo em causa a noção comumente aceite da assimetria no exercício da violência conjugal.

Porém, existem outros estudos que oferecem argumentos igualmente válidos que podem ajudar a desmistificar tal noção (Dobash, et al, 1992; Flynn, 1990; Johnson e Ferraro, 2000; Nazroo, 1995), tornando-se deste modo interessante perceber que esta discrepância em termos de resultados e opiniões resulta, essencialmente, como procuraremos sublinhar, não só da perspectiva teórica da qual se parte como também do tipo de metodologias e instrumentos de investigação utilizados, fazendo assim com que os argumentos sobre a simetria ou assimetria da violência conjugal pendam ora num ora no outro sentido.

No entanto, e independentemente da questão quantitativa de quem no casal agride mais ou menos, vários trabalhos científicos apontam no sentido de se poder falar de uma violência familiar ou conjugal, praticada tanto por homens como por mulheres¹. Esta é, talvez, uma das razões pelas quais, actualmente, a expressão «partner violence» (onde está implícita a noção de mútua agressão, não só entre parceiros de sexos opostos como do mesmo sexo) se emprega em substituição da habitual “domestic violence”, “marital violence” ou ainda “conjugal violence” (que remete, na maioria dos casos, para a noção da mulher vítima), já que se trata de um termo mais abrangente que engloba «a broad range of couple relationships, including the marital, cohabiting, and dating relationships of same-gender and opposite-gender couples». (Johnson e Ferraro, 2000: 948). De notar que a alteração dos termos usados

¹ No trabalho empírico realizado no decorrer do Mestrado foi possível verificar como as próprias mulheres reconhecem que podem ser violentas e agir de diferentes modos consoante o sofrimento que pretendem infligir ao cônjuge. Segundo as entrevistadas com quem pudemos conversar, nomeadamente as pertencentes a um meio social mais desfavorecido, a violência feminina poderia caracterizar-se como uma violência defensiva ou violência retaliatória, mas pode também, de acordo com aquelas mulheres de franjas sociais privilegiadas, fazendo aqui uso das suas expressões, ser exercida de «*moto próprio*», «*praticada por uma questão de poder*» e «*pelo querer dominar*». Este tipo de violência que as mulheres dizem praticar e o modo como o fazem é, segundo as mesmas, distinto do dos indivíduos do género masculino. Nas suas palavras, é como se a mulher fosse «*mais subtil*», «*possuísse um maior dom para agredir verbal e psicologicamente o seu companheiro*», «*para fazer chantagem emocional*», «*utilizar os filhos como arma contra o marido*», «*ficar amuada*», «*não falar*», «*utilizar um silêncio sepulcral*», «*não realizar tarefas domésticas*», «*recusar-se a praticar relações sexuais*», etc.

na abordagem desta problemática dá-nos, por si só, conta das modificações que têm existido em termos do modo como os próprios investigador têm vindo a reflectir sobre ela.

Havendo certamente diferenças entre as experiências de mulheres e de homens abusados, ambos os lados da questão deverão ser aceites como avenidas viáveis de investigação abrindo assim caminho para que o problema da violência conjugal possa ser compreendido de uma forma mais plena. Neste sentido, a questão não passa por negar a existência, de facto, de homens agredidos, mas pela necessidade de se estabelecerem nas investigações em curso, não só critérios rigorosos de análise como também a afirmação da centralidade de determinadas distinções, designadamente, no que respeita aos tipos de agressões e de agressores, aos tipos de relacionamentos e diferenças de género, aos contextos em que ocorre a agressão, o que motiva homens e mulheres a agir de forma violenta e, também, às consequências dessa violência evitando, deste modo, generalizações descuidadas de um contexto para outro.

Breves notas sobre o estudo da violência conjugal

De uma forma geral, a abordagem da comunidade académica à questão da violência conjugal tem surgido na forma de dois olhares em confronto. A perspectiva feminista que estuda a violência contra as mulheres no quadro mais alargado do patriarcado, levando ao exame de como a violência actua como uma forma de dominação social através da qual as mulheres podem ser subordinadas e controladas, em proveito dos homens (sendo a violência entendida como um elemento fulcral na manutenção do sistema patriarcal); e a perspectiva dos sociólogos da família que tendem a ter uma visão neutra do género e que têm usado, maioritariamente, métodos quantitativos para investigar a problemática.

Com frequência, estas duas abordagens entram em desacordo, quer por partirem de perspectivas diferentes quer porque os fenómenos que ambas tratam são, eventualmente, na sua natureza, fenómenos distintos. A este propósito, Michael P. Johnson sugere a hipótese de que podem existir dois tipos distintos de violência conjugal que caracterizam não só os Estados Unidos da América como, de uma maneira geral, os países ocidentais. Por um lado, um tipo de violência a que se poderá chamar «common couple violence», que se caracteriza pelo facto de ser praticada tanto pelo homem como pela mulher, que é normalmente ocasional e cuja frequência e intensidade não têm tendência para aumentar ao longo da vida do casal; por outro lado, uma violência que o autor denomina «patriarchal terrorism», praticada pelo homem contra a mulher, de forma sistemática e com tendência para aumentar (Johnson, 1995: 283).

Estes dois tipos de violência conjugal têm vindo a ser estudados segundo duas perspectivas distintas. A «family violence perspective», que centra as suas atenções sobre a violência que surge no casal e que pode ser praticada tanto pelo homem como pela mulher, enquanto que a outra perspectiva - «feminist perspective» - tem focado o seu interesse no tipo de violência conjugal denominado de «patriarchal terrorism».

A perspectiva dos estudos do género começou por ser a mais explorada. Aliás, foi apenas a partir da década de setenta² que o problema da violência doméstica

² Em datas anteriores a 1970 dificilmente se encontram trabalhos científicos dedicados a este assunto. O'Brien refere como, numa pesquisa efectuada ao *Journal of Marriage and the Family*, foi incapaz de localizar um só artigo entre os anos de 1939 e 1970, que incluísse a palavra «violência» (O'Brien ,

atingiu uma visibilidade considerável e se iniciaram, na área das ciências sociais e humanas, estudos mais sistemáticos acerca da violência familiar. Estabeleceu-se, então, uma tentativa séria de compreender este fenómeno e de incentivar políticas de intervenção que permitissem a sua redução e/ou prevenção. A visibilidade da violência doméstica deve-se, em grande parte, ao papel das feministas que, denunciando-a, a retiraram do «nicho» privado em que há séculos se vinha resguardando contribuindo, assim, para tornar o problema da violência familiar parte integrante da esfera pública (Alder, 1992: 277).

Este tipo de investigações caracteriza-se por centrar a sua análise quase exclusivamente sobre mulher – a interlocutora privilegiada. Aborda especificamente a problemática da mulher vítima de violência conjugal, descreve o grau, a extensão e a dinâmica da violência por ela sofrida; oferece explicações para a sua ocorrência, elabora teorias sobre a psicologia da mulher agredida, apontando perspectivas políticas sobre a relação entre violência e dominação masculina sobre a mulher.

No âmbito da sociologia da família, a questão da violência conjugal tem vindo a ser discutida essencialmente como uma realidade com duas faces: a da violência masculina, por um lado e, por outro, a da violência feminina. Deste modo, foca-se, portanto, a atenção sobre a dinâmica da unidade familiar e recorre-se a noções como «relações violentas», «violência no casal» ou «abuso mútuo» em detrimento das expressões «abuso da mulher» ou «mulher violentada».

No âmbito desta última perspectiva, inicialmente nos EUA³ e posteriormente também num conjunto de outros países como o Canadá, Reino Unido, Finlândia e Austrália, desde há cerca de duas décadas, têm vindo a surgir investigações que fizeram emergir a polémica sobre a questão da simetria no uso da violência conjugal. Um número significativo de estudos, de carácter quantitativo, partindo essencialmente do emprego do Conflict Tactics Scales (CTS)⁴ revelou que as mulheres são tão ou mais violentas quanto os maridos/companheiros (McNeely e Mann, 1990; McNeely, e

1971: 692). No ano de 1971, foi editado em Inglaterra o primeiro livro que, de forma séria e apelativa, chamou a atenção para a violência a que muitas mulheres estavam sujeitas nos seus lares. O título do livro - *Scream quietly or the neighbours will hear* - vem sugerir justamente a necessidade de denunciar de forma veemente e com urgência o problema da violência contra as mulheres (Silva, 1995: 14).

³ Embora conscientes das profundas distinções em termos culturais entre Portugal e os Estados Unidos da América, iremos centrar a nossa atenção, essencialmente, sobre a literatura publicada neste país dada a total inexistência de trabalhos de índole científica capazes de ilustrar o que se passa a propósito desta questão em termos da nossa realidade nacional.

⁴ Para abordar diferentes dimensões da violência familiar, o seu nível e incidência, alguns trabalhos utilizam uma série de questões, inicialmente formuladas na década de 70 por Straus (um sociólogo da Universidade de New Hampshire) que usualmente se designam como «Conflict Tactics Scales» (Straus, 1979: 75-88). Utilizando esta metodologia pretende-se descobrir quais os meios mais frequentemente utilizados nas famílias, por homens e por mulheres, para resolver os conflitos. Deste modo procuram identificar-se e medir três tácticas diferentes: a primeira é o uso de discussão racional e de argumentação, a segunda é a agressão verbal, em que se inclui o uso de meios verbais e simbólicos (como os insultos e as ameaças) e, finalmente, a violência que inclui o uso explícito de força física. A cada uma destas tácticas estão associados determinados itens que são distribuídos numa escala em contínuo desde as formas consideradas menos severas até às mais severas (Straus, et al. 1980 e Straus, 1990).

Segundo refere Straus et al. «The CTS has been used in many studies since 1972 involving more than 70,000 participants from diverse cultural backgrounds (...) in at least 20 countries (...). Approximately 400 papers have been based on data obtained by use of the CTS» (Straus et al., 1996: 284)

Robinson-Simpson, 1987; Straus, 1979; Straus et al, 1980; Straus e Gelles, 1986; Steinmetz e Lucca, 1988; Straus, 1993; Straus, Gelles, e Steinmetz, 1980).

Argumentos a favor da simetria da violência conjugal

Os trabalhos pioneiros que vieram colocar em causa a ideia desde sempre estabelecida de que as mulheres eram as principais e maioritárias vítimas da violência conjugal surgiram nos EUA no final da década de 70. Em 1975, Murray Straus, Richard Gelles e Suzanne Steinmetz coordenaram um trabalho de investigação sobre a questão da violência conjugal nos EUA⁵ (Straus et al., 1980), lançando um inquérito ao nível nacional onde foram entrevistadas 2,143 pessoas casadas ou a coabitar. Os resultados deste mesmo inquérito revelaram não só que «the marriage license is a hitting licence» (Straus, 1977/78) como também que as taxas de violência conjugal, incluindo a violência severa, eram mais elevadas para as mulheres do que para os homens: «Violence between husband and wife is far from a one way street. The old cartoons of the wife chasing the husband with a rolling pin or throwing pots and pans are closer to reality than most (and especially those with feminist sympathies) realize» (Straus, *apud* Dobash et al, 1992: 71).

Em 1977 e 1978, estes autores continuaram publicando investigações (Steinmetz, 1977 e 1978; Straus, 1977) onde defendiam a tese de que as mulheres eram tão agressivas no âmbito das relações conjugais quanto os maridos. Esta autora, uma das defensoras da simetria da violência no casal argumenta que, apesar do dimorfismo sexual que favorece o homem em termos de tamanho e força, este é muitas vezes sujeito a actos de violência severa por parte da mulher que, por forma a suplantar a sua menor força física, acaba por utilizar instrumentos e armas para agredir. É neste sentido que, defende a autora, se pode mesmo falar no «síndrome do homem espancado» - tese que lhe valeu algumas ameaças de morte por parte de supostos grupos radicais de feministas⁶.

Em 1985, a pesquisa que tinha sido coordenada dez anos antes por Straus et al. foi repetida⁷, contando com a coordenação de Gelles (Straus & Gelles, 1990a) tendo de novo por base uma amostra nacional mas entrevistando-se, desta vez telefonicamente, 3,520 pessoas (homens e mulheres) que relataram não só os actos de violência a que tinham sido sujeitos no ano anterior ao inquérito como também os

⁵ U.S. National Family Survey.

⁶ No endereço de internet: <http://www.menweb.org/throop/battery/politics/threats.html>, relativo a «The Men's Issues Page» (Menweb), é possível aceder a uma entrevista realizada à autora na qual a mesma esclarece este caso: «It has been reported several times that [Suzanne Steinmetz](#) received death threats for her work publicizing husband battering. 'SunCat' contacted her by phone to verify these reports. Dr. Steinmetz told me that she received verbal threats and anonymous phone calls from radical women's groups threatening to harm her children after she published [The Battered Husband Syndrome](#) in 1978. In addition, all of her female colleagues were contacted and told to "do everything possible to deny" Steinmetz tenure. And when the ACLU invited her to speak on domestic violence, it received a bomb threat. Steinmetz finds it ironic that the same people who claim that women-initiated violence is purely self-defense are so quick to threaten violence against people who do nothing more than publish a scientific study.»

Também M. A. Straus refere, a propósito do estudo publicado na mesma altura, que chegou a ser alvo de várias ameaças inclusivamente de ameaça de bomba (Straus, 1999: 18)

⁷ U. S. National Family Resurvey

actos que elas próprias tinham cometido. Foram obtidos resultados idênticos aos da década anterior concluindo-se, portanto, que as taxas de violência cometidas por homens e por mulheres eram muito semelhantes (Straus & Gelles, 1986).

Um dos dados mais relevantes de ambas as pesquisas foi o de que os homens surgiam como as vítimas mais prováveis de violência física severa: em 1975, 4,6% dos homens foram vítimas deste tipo de violência versus 3,8% de mulheres e, em 1985, 4,4% dos homens versus 3,0% das mulheres foram vítimas, tendo sido este dado usado pelos autores para acentuar o carácter surpreendentemente violento das mulheres (Straus & Gelles, 1990b: 104).

No decorrer das décadas seguintes os trabalhos que versaram sobre a violência familiar e, em particular, sobre a violência conjugal e que concluíam que as mulheres eram tão ou mais violentas do que os homens nas relações conjugais⁸ foram ganhando cada vez mais relevo na comunidade académica. Na área da sociologia salientam-se os designados «family conflict studies» - para citar apenas alguns exemplos podem referir-se os trabalhos de Carrado, M. et al., 1986; Grandin & Lupri, 1997; Straus & Gelles, 1990a; Sugarman & Hotaling, 1989.

Estes trabalhos tiveram implicações também na área da psicologia, nomeadamente no âmbito da psicologia clínica, fazendo com que os terapeutas familiares e conjugais passassem a reconhecer que, apesar de continuarem a existir muitas mulheres mal tratadas, também os homens se podiam constituir como vítimas de violência no seio das relações conjugais (Margolin, 1987; Kierski, 2002; O'Leary, 1986 e 2000; O'Leary et al. 1989). Alguns investigadores reconheceram que o facto de se trabalhar com amostras clínicas (mulheres provenientes de casas-abrigo) ou com amostras da população em geral, em si, fazia com que os tipos de violência, bem como os indivíduos que se constituíam como agressores, fossem substancialmente diferentes, fazendo deste modo com que «the current assessment and intervention practices that focus almost exclusively on patriarchal male violence against women may not reflect an understanding of the lived experiences of many couples and ultimately may deny them the type of help they seek» (Greene & Bogo, 2002: 456).

Os trabalhos de Straus, Gelles e Steinmetz vieram gerar uma enorme controvérsia em relação à questão da simetria da violência conjugal, sendo certo porém que outros investigadores, não só nos EUA como noutros países, nomeadamente no Canadá, fazendo uso do mesmo tipo de metodologia (CTS) vieram reforçar a ideia de que as mulheres são tão violentas quanto os homens no âmbito das relações conjugais (Bland & Orne, 1988; Brinkerhoff & Lupri, 1988; Brinkerhoff et al., 1992; Browning & Dutton, 1986; Brutz & Ingoldsby, 1984; Kennedy & Dutton, 1989; Meredith et al. 1986; Stets, 1990; Szinovacz, 1983).

Quando questionadas sobre os actos violentos a que são sujeitas e que elas próprias cometem, as mulheres referem, neste tipo de investigações, tanto ou mais do que os homens, terem usado de violência física contra os seus maridos ou companheiros. McNeely e Robinson-Simpson argumentam, assim, que a verdade em relação à violência conjugal é a de que as mulheres são tão ou mais violentas do que os homens nas suas inclinações, nas suas acções e nos males que são capazes de infligir sendo, neste contexto, o homicídio uma das provas de como isso pode suceder (McNelly & Robinson, *apud* Dobash et al., 1992: 74).

No entender dos mais acérrimos defensores do uso simétrico da violência nas relações conjugais «domestic violence, like all violence, is a human issue, not merely

⁸ Relações conjugais que, neste caso, englobam os casais casados de facto, os que vivem em regime de união livre e também os que mantêm relações de namoro, os chamados «dating couples».

a gender issue. Classifying spousal and partner violence as a women's issue, rather than a human issue, is erroneous. In domestic relations, women are as inclined as men to engage in physically abusive acts. Yet most reports appearing in the popular press, and in scholarly journals, have framed the issue as essentially a masculine form of assaultive behavior, thereby imbedding into the national consciousness a false and inaccurate view of the problem (...) The popular view of domestic violence not only contributes to men's increasing legal and social defenselessness, it also leads to social policies that obstruct efforts to address the problems of domestic violence successfully.» (McNelly; Cook & Torres, 2001: 227).

Sendo o objectivo fundamental desta comunicação fazer um levantamento sobre a literatura que se debruça sobre a questão da simetria/assimetria da violência conjugal, e tendo embora já realçado algumas das mais significativas referências bibliográficas no âmbito desta problemática, não seria possível deixar de destacar também o importantíssimo trabalho publicado por Martin S. Fiebert no ano de 1997 (com renovadas actualizações). Como escreveu Dobash «the existence of an invisible legion of assaulted husbands is an inference which strikes many family violence researchers as reasonable» (Dobash et al., 1992: 74). Tanto assim parece ser que, neste artigo de Fiebert intitulado «References examining assaults by women on their spouses or male partners: an annotated bibliography», o autor analisa atentamente 151 investigações académicas que procuram argumentar serem as mulheres tão, ou mais, fisicamente agressivas do que os seus parceiros masculinos.

Por razões óbvias não faria sentido aqui traçar de forma detalhada a súmula de todos os trabalhos examinados pelo autor. Contudo, é de salientar que, quer tratando-se de estudos que versam sobre a conjugalidade, a coabitação ou as relações de namoro, na sua quase total maioria trata-se de investigações de pendor quantitativo que utilizam o Conflict Tactics Scale como base metodológica sendo assim unânimes, e de certa forma impressionantes, as conclusões a que todos, sem excepção, chegam. Eis alguns exemplos:

- «Women were more likely than men to use one or more acts of physical aggression and to use such acts more frequently.»
- «Results indicate that women were significantly more likely than their male partners to express physical violence.»
- «Women report initiating violence with nonviolent partners more frequently than men.»
- «Results suggest that male violence decreased with higher educational attainment, while female violence increased.»
- «While society in general as well as the media portray women as “recipients of domestic violence...epidemiological surveys on the distribution of violent behavior between adult partners suggest gender parity.»
- «Women appear to aggress because they did not believe that their male victims would be injured or would retaliate. Women also claimed that they assaulted their male partners because they wished to engage their attention, particularly emotionally.»
- «Results reveal that 5.7% of men and 3.7% of women reported being victims of domestic assaults. With regard to injuries results reveal that women inflict serious injuries at least as frequently as men.» (Fiebert, 1997).

Argumentos contra a simetria da violência conjugal

Se é verdade que no decorrer das últimas décadas, como procurámos salientar, surgiram inúmeras publicações enfatizando a simetria sexual no uso da violência conjugal, não deixa de ser interessante verificar que outras investigações continuaram também a ser editadas, contrariando esta noção e reafirmando a ideia de que as mulheres, no contexto da conjugalidade, são as principais vítimas de violência conjugal ou, pelo menos, as vítimas que mais sofrem com este tipo de violência (Avis, 1992; Dobash et al., 1992; Herman, 1990; Kaufman, 1992; Kurz, 1989 e 1993; Pagelow, 1984; Schwartz, & DeKeseredy, 1993; Yllo, 1993).

Este tipo de estudos baseia-se, não só em metodologias de pendor mais qualitativo como, essencialmente, em dados provenientes de casas-abrigo, relatórios policiais, fontes hospitalares, grupos de indivíduos que procuram ajuda psicológica (terapias familiares/conjugais) e de informações recolhidas em tribunais. Ou seja, trata-se, em muitos casos, de investigações relacionadas com o crime, a vitimização, a segurança pessoal e os ferimentos inflingidos, concluindo assim os seus autores, de forma amiúde, que os homens são fisicamente mais violentos do que as mulheres e que o ataque ou a agressão contra o cônjuge é quase exclusivamente um crime masculino (Straus, 1999: 19-20; Greene e Bogo, 2002: 456).

Não deixa de ser verdade que os estudos que partem de uma abordagem essencialmente feminista e que se debruçam sobre amostras “seleccionadas” podem, num certo sentido, influenciar as conclusões a que se chega. Não só porque lidam com mulheres que se sabe à partida terem sido vítimas de violência conjugal como também porque neste tipo de estudos raramente se inquiram as mulheres sobre a violência que elas próprias exerceram ou exercem. Por exemplo, Archer (2000) comparou amostras de mulheres provenientes de casas-abrigo e mulheres provenientes da população em geral numa tentativa de perceber até que ponto eram visíveis as diferenças no uso da violência conjugal, chegando à conclusão de que as mulheres entrevistadas nas casas-abrigo relatavam índices muitíssimo mais elevados de agressões por parte dos maridos do que as mulheres da população em geral.

Porém, não é menos certo que as investigações que realizam inquéritos supostamente representativos de uma amostra geral da população, ou mesmo nouro tipo de amostras, mas que se baseiam para tal em metodologias quantitativas e que partem do CTS para aferir os índices de violência acabam, também, de certa forma, por poder influenciar os resultados: «unfortunately, this crude methodology can hide as much or more than it can illuminate» (Schwartz & DeKeseredy, 1993) sendo, deste modo, de duvidar da ilação de que as mulheres são tão ou mais violentas do que os homens.

Como notam Grandin e Lupri (1997: 418) «feminist scholars have criticized these findings on various theoretical, conceptual, and methodological grounds, but particularly challenged the ensuing quantitative analyses that focused exclusively on *acts* of spousal abuse, thereby ignoring both the context in which violence arises and the differential power constellations that precipitate specific violent acts».

Os apologistas de que a violência conjugal é simétrica baseiam-se praticamente em exclusivo em estudos que versam sobre a dimensão física da violência e fazem-no, como referimos, partindo do uso do CTS que apresenta, de facto, algumas limitações e incongruências do ponto de vista teórico-metodológico.

Sinteticamente, algumas das críticas que se podem apontar ao uso deste tipo de metodologia são as seguintes:

a) foca em exclusivo os “actos” da violência ignorando as interpretações, os motivos, as intenções dos actores e a história da relação entre esses mesmos actores, ou seja, o

que pode precipitar a violência, a frequência com que ela ocorre, bem como o contexto em que é praticada

b) mede os actos violentos que ocorreram no ano anterior ao que o inquérito é lançado - o que pode fazer com que a lembrança que se tem dos mesmos seja pouco fiável

c) ignora alguns tipos de abuso como, por exemplo, as queimaduras, o sufocamento, a violação ou outros⁹

d) faz distinções abusivas de vários termos como, por exemplo, o termo “severidade”, considerando que o “tentar bater com um objecto” é considerado como uma violência severa ao passo que o “dar uma estalada” é considerado como um tipo de violência menor¹⁰

e) precisamente por não ter em consideração o contexto em que a violência ocorre, ignora tipos distintos de violência: “protective-reaction” - tipicamente praticada pelas mulheres e “offensive-aggression” - eventualmente mais passível de ser exercida pelos homens

f) ignora o facto de as mulheres poderem aceitar a violência por parte dos maridos como parte da estrutura normativa da família¹¹

g) ignora as consequências que a violência praticada pode ter sobre a vítima¹²

Na realidade, os próprios autores do CTS, reconheceram algumas das limitações da metodologia empregue no primeiro inquérito realizado em 1975 tendo, nesse sentido, revisto e melhorado a metodologia original esclarecendo em publicações posteriores que «if one goes by how much harm is done, who initiates the violence, and how easy it is for a victim to escape violence, women clearly are the disproportionate victims of domestic violence» (Gelles, 1995: 463).

Algumas das modificações efectuadas ao CTS passaram por: «an increased number of items to enhance content validity and reliability; revised wording to increase clarity and specificity; better differentiation between minor and severe levels of psychological and physical aggression; replacement of the weakest of the original scales (reasoning) by a new scale to measure cognitive and emotional aspects of negotiating a conflict; simplified format to facilitate use as a self-administered

⁹ São nove, os item que medem a agressão física entre os cônjuges: «1) threw something; 2) pushed, grabbed, or shoved; 3) slapped; 4) Kicked, hit or hit with fist; 5) hit or tried to hit with something; 6) beat up; 7) choked; 8) threatened with a knife or gun; 9) used a knife or fied a gun.» (Kakhaie, 1998: 552).

¹⁰ «The CTS rank orders behaviors in a linear fashion, from least serious to most serious. In doing so, it incorrectly assumes that psychological abuse and the first three violence items (e.g., slaps) are automatically less injurious than the items in the severe violence index. Many strongly object to creating what Liz Kelly (1987) calls a "hierarchy of abuse based on seriousness" because emotional abuse is often experienced as more harmful than physical violence (Chang, 1996; Kirkwood, 1993) and a slap can often draw blood or break teeth.» (DeKeseredy & Schwartz, 1998).

¹¹ Sabemos que em determinados contextos culturais este é um facto ainda verificável. Luisa Ferreira da Silva, autora de uma tese de doutoramento intitulada *L'agression physique envers l'epouse - Etude de sociopathologie familiale réalisé dans la société portugaise*, dá-nos conta disso nesta sua investigação. A propósito da definição do que pode ou não ser considerado como um acto agressivo, diz a autora que «por exemplo, a esposa que acabou de insultar o marido poderá não incluir na sua lista de agressões a bofetada recebida, apenas porque a considera justificada» (Silva, 1991: 387).

¹² Para aprofundar algumas das críticas relativas ao CTS pode consultar-se: DeKeseredy & Schwartz, 1998; Dobash et al., 1992; Ferraro e Johnson, 1993; Frieze e Browne, 1989; Nakhaie, 1998; Saunders, 1986; Szinovacz, 1993)

questionnaire; additional scales to measure two important aspects of abuse of a partner: sexual coercion and physical injury» (Straus et al., 1996: 306-7).

Torna-se claro que, apesar da utilidade deste tipo de investigações que utilizam o CTS como forma de apreender a problema da violência conjugal, e mesmo depois das melhorias que lhe foram introduzidas, esta metodologia usando um tipo de medidas unidimensionais não se revela capaz de captar aspectos que podem ser da maior relevância na compreensão da problemática da violência conjugal, nomeadamente, como anteriormente mencionámos: o contexto em que esta ocorre, os motivos que a instigam, o significado que os agressores/vítimas lhe atribuem bem como as consequências que dela advêm.

Como notam DeKeseredy e Schwartz «even the more recent strategy [in CTS2] of asking who struck the first blow (purportedly to tell who is the aggressor and who is fighting in self-defense) can be hard to place in context. When a woman has been beaten 30 times in the past and knows from her husband's behavior that a beating is coming within minutes, and further knows that if she strikes first she will end up being hurt less, does that mean that the violence is the woman's fault?» (DeKeserdy & Schwartz, 1998).

Não se duvida do facto de que as mulheres possam ser violentas, não só em relação aos seus próprios filhos, como em relação aos idosos, como também no âmbito das suas relações conjugais. Não sendo de excluir a hipótese de que algumas possam até exercer um tipo de violência que não propriamente a retaliatória, o interessante seria perceber se essa violência é comparável à dos homens em termos de contexto, de motivações de resultados e consequências. Neste sentido, é importante notar que, como tem vindo a ser estudado, em certos contextos, essa violência é praticada em situações extremas, situações de auto-defesa e, segundo vários autores, poucas vezes como forma de ataque provocatório e inicial. A este propósito, como referem Kingston e Penhale «there can be no doubt that some men are treated violently by female partners and that the problem is under-reported, but the evidence is insufficient to substantiate claims that female-instigated violence is as extensive as violence by men upon women» (Kingston & Penhale, 1995: 109).

Com alguma segurança como, de resto, reconhecem alguns sociólogos da violência familiar, poderíamos afirmar que determinadas “violências femininas” podem ser entendidas, como temos vindo a acentuar, como reacções de auto-defesa, senão mesmo, em muitas situações, como forma de sobrevivência (Strauss e Gelles, *apud* Welzer-Lang, 1996: 256). Neste sentido e como afirma Giddens «violence by females is more restrained and episodic than that of men, and much less likely to cause enduring physical harm. ‘Wife-battering’ - the regular physical brutalizing of wives by husbands - has no real equivalent the other way around» (1989: 408).¹³

Notas conclusivas

Para além das críticas supracitadas ao uso da metodologia do CTS que revelam porque chegam os autores dos estudos que a usam à conclusão de que as mulheres são tão ou mais violentas do que os homens, há ainda a salientar o facto de

¹³ Ainda neste contexto, Elza Pais, no seu trabalho sobre as rupturas violentas da conjugalidade, salienta que muitas das mulheres que cometem homicídio em relação aos seus maridos, fazem-no por ter sido, anos a fio, «infernizadas» por eles, «o que contextualiza a sua acção como reacção a um determinado acto» (Pais, 1996: 95 e 147)

muitos destes estudos serem realizados na sociedade americana que é uma das mais violentas de entre os países ocidentais: «Homicide rates in the United States far exceed those in any other industrialized nation. For other violent crimes, rates in the United States are among the world's highest» (Reiss & Roth, 1993: 3).

Um outro ponto importante é o de que esta discussão sobre a simetria ou assimetria da violência conjugal pode constituir-se como um verdadeiro diálogo de surdos entre os que apoiam uma ou outra das teses, já que não faz sentido comparar-se fenómenos que em si podem ser considerados distintos.

O termo “simetria” pode definir-se como tratando-se da disposição de partes semelhantemente dispostas em relação a um plano, sustentando-se assim que, numa perspectiva generalista, no casal, a violência pode assumir um carácter de “simetria bilateral” no sentido em que pode ser exercida quer pelo homem como pela mulher - ambos se podem constituir como agressores numa relação de conjugalidade residindo aí a sua semelhança. Contudo, como pensamos ter ficado claro, não se trata de uma simetria “radial” ou “radiada”, como se os tipos e formas de violência exercidos, a sua frequência, objectivos e consequências fossem idênticos.

No início desta comunicação tínhamos já mencionado a importância da distinção que Johnson (1995) estabeleceu entre um tipo de violência designada como «patriarchal terrorism» e um outro tipo que intitulou de «common couple violence». Ora, justamente, os inquéritos que usam o CTS para aferir os índices de violência conjugal, acabam por quantificar, em grande medida, a designada «common couple violence» que é aquela que resulta dos conflitos que muitas vezes se geram nas relações conjugais¹⁴ e, eventualmente, também, acabam por medir a violência que é praticada pelas mulheres mas em situações de defesa ou de resistência; ao passo que os trabalhos que se baseiam em análises qualitativas recolhendo dados de hospitais, casas-abrigo, polícia e tribunais, dão conta, fundamentalmente, do outro tipo de violência conjugal que o autor denomina de terrorismo patriarcal.

Ainda neste contexto, e no desenrolar das investigações que Johnson foi realizando, tornou-se claro que as distinções entre tipos e contextos de violência se tornam fundamentais para a compreensão da natureza teórica e prática da violência conjugal: «Marital violence literature is rife with studies that claim to show that partner violence is gender symmetric, if not perpetrated more often by women than by men, continuing to leave readers of this literature with the impression that men and women are equally abusive. Almost all this studies, however, use the sort of general heterosexual sample in which aggregated violence appears to be gender symmetric because it lumps together IT, which is essentially perpetrated by men; CCV which is perpetrated slightly more often by men than by women; and VR which is clearly perpetrated more often by women than by men.» (Johnson e Ferraro, 2000: 950)¹⁵.

¹⁴ Como sublinha o autor, este tipo de violência conjugal «arises in the context of a specific argument in which one or both of the partners lash out physically at the other» (Johnson & Ferraro, 2000: 949).

¹⁵ Os autores distinguem 4 tipos diferentes de violência contra o cônjuge: *Common couple violence* (CCV): violência que não está ligada a nenhum padrão específico de controlo; surge num contexto específico de uma discussão em que um ou os dois parceiros podem atacar fisicamente o outro; não tem tendência para aumentar nem envolve violência severa. *Intimate terrorism* (IT): violência motivada pela vontade em aumentar um controlo generalizado sobre o outro parceiro, tem tendência para aumentar de frequência e de intensidade, bem como de gravidade, envolve ferimentos mais sérios e tem menos tendência para ser mútua. *Violent Resistance* (VR): violência perpetrada quase praticamente por mulheres. *Mutual violent control* (MVC): violência característica tanto das mulheres como dos homens que podem ser controladores e violentos (Johnson & Ferraro, 2000: 949-50)

Sem prejuízo da especificidade e potencialidade que as metodologias quantitativas trazem para o conhecimento sociológico, sabendo de antemão que não existem investigações perfeitas, julgamos que uma abordagem de pendor qualitativo a uma problemática como esta da violência conjugal pode igualmente comportar benefícios em termos da riqueza do material recolhido. Sendo «a tarefa do sociólogo a de falar de um mundo concreto de homens e mulheres [a realização de entrevistas poderá contribuir] para a emergência de um “relevo” numa realidade, por vezes “aplanada” pelos números, difícil de obter pelas técnicas de quantificação» (Lalanda, 1998: 871-2).¹⁶

A propósito do problema, em geral, da violência doméstica, Isabel Dias nota como se trata de um fenómeno em que existe «uma certa “opacidade” do objecto [já que] existem formas de violência doméstica que não se vêem, mas que se sentem, outras que se vêem mas das quais ninguém fala e, por fim, formas de exclusão e de violência doméstica completamente invisíveis, dado que nós nem sonhamos com a sua existência, nem possuímos *a fortiori* nenhum vocábulo para as designar, [sendo que] no caso da violência doméstica, esta opacidade é ainda mais reforçada, devido ao carácter privado da família moderna» (Dias, 1998: 196-197).

Julgamos que esta questão da “opacidade” se coloca ainda com uma maior acuidade no caso da violência exercida pelas mulheres sobre os homens (sobretudo se pensarmos num tipo de violência como a designada *common couple violence*) isto porque, e de acordo com a literatura até agora investigada, um dos tipos essenciais de violência que as mulheres exercem no âmbito das relações de conjugalidade (embora o assunto esteja ainda relativamente inexplorado) é a violência psicológica: menos perceptível e, nesse sentido, mais dificilmente mensurável (Costa e Duarte, 2000; O’Hearn e Davis, 1997; Simonelli e Ingram, 1998).

Dada a natureza privada da família, são conhecidos os problemas que se levantam em termos metodológicos em relação ao estudo das práticas da violência que ocorrem no seu seio. Contudo, não deixará de se constituir como um desafio interessante tentar perceber em termos das representações sociais que considerações os homens e as mulheres tecem não só em torno da violência masculina como também da violência feminina contribuindo, desta forma, na medida do possível, para o controverso debate sobre a questão da simetria da violência conjugal.

Bibliografia

- Alder, C. (1992), «La violence, les sexes et le changement social», in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, N° 132 (Mai), pp. 269-278.
- Archer, J. (2000), «Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review», in *Psychological Bulletin*, N° 126, pp.651-680.
- Avis, J. M. (1992), «Where are all the family therapists? Abuse and violence within families and family therapy’s response», in *Journal of Marital and Family Therapy*, Vol. 18, N° 3, pp.225-232.

¹⁶ Esta é uma das razões pelas quais, no seguimento do que vimos afirmando, na investigação a realizar no âmbito do doutoramento, iremos privilegiar o uso de uma metodologia qualitativa.

- Bland, R. & Orne, H. (1988), «Family violence and psychiatric disorder», in *Canadian Journal Psychiatry*, 31, pp.129-137.
- Brinkerhoff, M. B. & Lupri, E. (1988), «Interspousal violence», in *Canadian Journal of Sociology*, Vol. 13, Nº 4, pp. 4-7-431.
- Brinkerhoff, M. B.; Grandin, E. & Lupri, E. (1992), «Religious involvement and spousal abuse: the Canadian case», in *Journal for the Scientific Study of Religion*, Vol. 13, Nº 4, pp.15-31.
- Browning, J. & Dutton, D. (1986), «Assessment of wife assault with the Conflict Tactics Scales: Using couple data to quantify the differential reporting effect», in *Journal of Marriage and the Family*, Vol. 48, pp.375-379.
- Brutz, J. L. & Ingoldsby, B. B. (1984), «Conflict resolution in Quaker families», in *Journal of Marriage and the Family*, Vol. 46, pp.21-84.
- Carrado, M.; George, M. J.; Loxan, E.; Jones, L. e Templar, D. (1986), «Aggression in British heterosexual relationships: A descriptive analysis», in *Aggressive Behavior*, 22, pp.401-415.
- Costa, M. E. e Duarte, C. (2000), *Violência Familiar*, Porto, Edições Ambar.
- DeKeseredy, W. S. & Schwartz, Mulheres (1998), «Measuring the extent of woman abuse in intimate heterosexual relationships: A critique of the conflict tactics scales», U.S. Department of Justice Violence Against Women Grants Office Electronic Resources (refereed publication)
<http://www.vaw.umn.edu/research.asp>
- Dias, I. (1998), «Exclusão social e violência doméstica : que relação ?», in *Sociologia*, Nº 8, Porto, Faculdade de Letras, pp.189-205.
- Dobash; R. P.; Dobash, R. E. (1977/78), «Wives: The “appropriate” victims of marital violence», in *Victimology*, Nº 2, pp.426-442.
- Dobash; R. P.; Dobash, R. E. (1979), *Violence against Wives: A case against the Patriarchy*. New York, Free Press.
- Dobash; R. P.; Dobash, R. E.; Wilson, M; Daly, M. (1992), «The Myth of Sexual Symmetry in Marital Violence», in *Social Problems*, Vol. 39, Nº 1, February, pp.71-91.
- Fergusson, D. M.; Horwood, L. J.; Kershaw, K. L. & Shannon, F. T. (1986), «Factors associated with reports of wife assault in New Zealand», in *Journal of Marriage and the Family*, Nº 48, pp.407-412.
- Ferraro, K. J. & Johnson, J. M. (1993), «How women experience battering: The process of victimization», in *Social Problems*, Nº 30, pp.325-338.

- Fiebert, M. S. (1997), «Annotated bibliography: References examining assaults by women on their spouses/partners», in B. M. Dank & R. Refinette (Eds.) *Sexual harassment & sexual consent*. (Vol. 1). New Brunswick, Transaction Publishers, pp. 273-286.
- Flynn, Clifton P. (1990), «Relationship violence by women: issues and implications», in *Family Relations*, Vol. 39, April, pp.194-198.
- Frieze, I. H. & Browne, A. (1989), «Violence in marriage», in Ohlin, L. & Tonry, M. (Eds), *Family Violence*, Chicago, University of Chicago Press, pp.163-218.
- Gelles, R. J. (1995), «Family violence and abuse», in Gelles, R. J. (Ed), *Contemporary Families – A sociological view*, London, Sage Publications, pp.449-483.
- Giddens, A. (1989), *Sociology*, Cambridge, Polity Press.
- Grandin, E. & Lupri, E. (1997), «Intimate Violence in Canada and the United States: A cross-national comparison», in *Journal of Family Violence*, Vol. 12, N° 4, pp.417-443.
- Greene, K. & Bogo, M. (2002), «The different faces of intimate violence: implications for assessment and treatment», in *Journal of Marital and Family Therapy*, Vol. 28, N° 4, pp. 455-466.
- Herman, J. L. (1990), «Sex offenders: A feminist perspective», in Marshall, W. L.; Laws, D. R. & Barbaree, H. E. (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender*, New York, Congdon and Weed, pp.177-193.
- Hydén, Margareta (1995), «Verbal Aggression as Prehistory of Woman Battering», in *Journal of Family Violence*, vol.10, N°1, pp.55-71.
- Johnson, Michael P. (1995), «Patriarchal Terrorism and Common Couple Violence: Two Forms of Violence Against Women», in *Journal of Marriage and the Family*, Vol. 57, May, pp. 283-294.
- Johnson, Michael P. & Ferraro, Kathleen J. (2000), «Research on Domestic Violence in the 1990s: Making Distinctions», in *Journal of Marriage and the Family*, Vol.62 August, pp.948-963.
- Kaufman, G. (1992), «The mysterious disappearance of battered women in family therapists' offices: male privilege colluding with male violence», in *Journal of Marital and Family Therapy*, Vol. 18, N° 3, pp.233-243.
- Kennedy, L. W. & Dutton, D. G. (1989), «The incidence of wife assault in Alberta», in *Canadian Journal of Behavioural Science*, Vol. 21, N° 1, pp40-54.
- Kierski, W. (2002), «Female violence: can we therapists face up to it?», in *Counseling and Psychotherapy Journal CPJ*, December.

- Kingston, P. & Penhale, B. (Eds.), (1995), *Family Violence and the Caring Professions*, London: Macmillan Press.
- Kurz, D. (1989), «Social science perspectives on wife abuse: Current debates and future directions», in *Gender and Society*, N° 3, pp.489-505.
- Kurz, D. (1993), «Physical assaults by husbands: a major social problem», in Gelles, R. J. & Loseke, D. R. (Eds.) *Current Controversies on Family Violence*, Sage, Newbury Park, pp.88-103.
- Lalanda, P. (1998), «Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica», in *Análise Social*, Vol. XXXIII (148), (4°), pp.871-883.
- Lystad, M. H. (1975), «Violence at home: A review of literature», in *American Journal of Orthopsychiatry*, N° 45, pp.328-345.
- Margolin, G. (1987), «The multiple forms of aggressiveness between marital partners: how do we identify them?», in *Journal of Marital and Family Therapy*, Vol. 13, N° 1, pp.77-84.
- McNeely, R. L. & Mann, C. R. (1990), «Domestic violence is a human issue», in *Journal of Interpersonal Violence*, 5, pp.129-132.
- McNeely, R. L. & Robinson-Simpson, G. (1987), «The truth about domestic violence: A falsely framed issue», in *Social Work*, Vol. 32, N° 6, pp.485-490.
- McNeely, R. L.; Cook, P. W. & Torres, J. B. (2001), «Is domestic violence a gender issue, or a human issue?», in *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, Vol. 4, N° 4, pp.227-251.
- Meredith, W. H.; Douglas, A. A. & Scot L. A. (1986), «Family violence: Its relation to marital and parental satisfaction and family strengths», in *Journal of Family Violence*, 1, pp.299-305.
- Nakhaie, M. R. (1998), «Asymmetry and symmetry of conjugal violence», in *Journal of Comparative Family Studies*, Vol. 29, N° 3, pp.549-567.
- Nazroo, J. (1995), «Uncovering gender differences in the use of marital violence: the effect of methodology», in *Sociology*, Vol. 29, N° 3, pp.475-494.
- O'Brien, J. E. (1971), «Violence in divorce-prone families», in *Journal of Marriage and the Family*, 33, pp.692-698.
- O'Hearn, R. E. & Davis, K. E. (1997), «Women's Experience of Giving and Receiving Emotional Abuse», in *Journal of Interpersonal Violence*, Vol. 12, N° 3, pp. 375-391.
- O'Leary, K. D. (1986), «Assertion and family violence correlates of spouse abuse», in *Journal of Marital and Family Therapy*, Vol. 12, N° 3, pp.281-289.

- O'Leary, K. D.; Barling, J.; Arias, I.; Rosenbaum, A.; Malone, J. & Tyree, A. (1989), «Prevalence and stability of physical aggression», in *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, Vol. 57; N° 2, pp.263-268.
- O'Leary, K. D. (2000), «Are women really more aggressive than men in intimate relationships? Comment on Archer (2000)», in *Psychological Bulletin*, 126, pp.685-690.
- Pagelow, M. D. (1984), *Family Violence*, New York, Praeger.
- Pais, E. (1996), *Rupturas Violentas da Conjugalidade - Os Contextos do Homicídio Conjugal em Portugal*, tese de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Reiss, A. J. & Roth, L. A. (1993), *Understanding and preventing violence*, Washington, DC, National Academy Press.
- Saunders, D. G. (1986), «When battered women use violence: Husband-abuse or self-defense?», in *Violence and Victims*, N° 1, pp.47-60.
- Schwartz, M. D., & DeKeseredy, W. S. (1993). «The return of the "battered husband syndrome" through the typification of women as violent», in *Crime, Law and Social Change*, N° 20, pp. 249-265.
- Silva, L. F. (1989), *L'agression physique envers l'épouse - Etude de sociopathologie familiale réalisée dans la société portugaise*, tese de doutoramento, École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Silva, L. F. (1991), «O direito de bater na mulher – violência interconjugal na sociedade portuguesa», in *Análise Social*, Vol. XXVI, (111), (2º), pp.385-397.
- Silva, L. F. (1995), *Entre marido e mulher alguém meta a colher*. Celorico de Basto, À Bolina Editores.
- Simonelli, C. & Ingram, K. M. (1998), «Psychological Distress Among Men Experiencing Physical and Emotional Abuse in Heterosexual Dating Relationships», in *Journal of Interpersonal Violence*, Vol. 13, N° 16, pp.667-681.
- Steinmetz, S. K. (1977) «Wife beating, husband beating - a comparison of the use of physical violence between spouses to resolve marital fights», in M. Roy (Ed.), *Battered Women*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- Steinmetz, S. K. (1978) «The battered husband syndrome», in *Victimology*, 2 (3/4) pp. 499-509.
- Steinmetz, S. K. e Lucca, J. S. (1988), «Husband battering», in, V. B. Van Hasselt; L. R. Morrison; A. S. Bellack, e M Hersen (Eds.), *Handbook of Family Violence*, New-York, Plenum Press, pp.233-246.

- Stets, J. E (1990), «Verbal and physical aggression in marriage», in *Journal of Marriage and the Family*, Vol. 52, pp.501-514.
- Straus, M. A. (1977), «Physical assaults by women partners: A major social problem», in M. R. Walsh (Ed.), *Women, men and gender: Ongoing debates*. New Haven, CT, Yale University Press, pp.210-221.
- Straus, M. A. (1977/8), «Wife-beating: How common, and why?», in *Victimology*, 2, pp.443-458.
- Straus, M. A. (1979), «Measuring intrafamily conflict and violence: the conflict tactics scales (CTS)», in *Journal of Marriage and the Family*, Vol.41, February, pp75-88.
- Straus, M. A. (1990), «Measuring intrafamily conflict and violence: the conflict tactics scales (CTS)», in Straus, M. A. e Gelles, R. J. (1990a), *Physical Violence in American Families: Risk factors and adaptations to violence in 8,145 families*, New Brunswick, Transaction Publishers, pp.29-47.
- Straus, M. A. (1993), «Physical assaults by wives: a major social problem», in R. J. Gelles e D. R. Loseke, *Current Controversies on Family Violence*, Sage Publications.
- Straus, M. A. (1999) «The controversy over domestic violence by women – a methodological, theoretical, and sociology of science analysis», in Arriaga, X. B. e Oskamp, S. (Eds) *Violence in intimate relationships*, Thousand Oaks, Sage Publications, pp.17-44.
- Straus, M. A.; Gelles, R. J. & Steinmetz, S. K. (1980), *Behind closed doors - Violence in the American Family*. New York, Doubleday/Anchor.
- Straus, M. A. & Gelles, R. J. (1986), «Societal changes and changes in family violence from 1975 to 1985 as revealed by two national surveys», in *Journal of Marriage and the Family*, Vol.48, pp.465-479.
- Straus, M. A. e Gelles, R. J. (1990a), *Physical Violence in American Families: Risk factors and adaptations to violence in 8,145 families*, New Brunswick, N. J., Transaction Publishers.
- Straus, M. A. & Gelles, R. J. (1990b), «How violent are American families. Estimates from the National Family Violence Resurvey and other studies», in *Physical Violence in American Families*, in M. A. Straus and R. J. Gelles (Eds.), New Brunswick, Transaction Publishers, pp.95-112.
- Straus, M. A. & Gelles, R. J. (1990c), «Societal changes and changes in family violence from 1975 to 1985 as revealed by two national surveys», in M. A. Straus and R. J. Gelles (Eds.), *Physical Violence in American Families*, New Brunswick, Transaction Publisher, pp.113-132.

- Straus, M. A., Hamby, S. L.; Boney-McCoy, S. & Sugarman, D. B. (1996), «The revised conflict tactics scale (CTS2): Development and preliminary psychometric data», in *Journal of Family Issues*, Vol. 17, N° 3, pp.283-316.
- Sugarman, D. B. & Hotaling, G. T. (1989), «Dating violence: Prevalence, context, and risk markers», in A. A. Pirog-Good & J. E. Stets (Eds.), *Violence in dating relationships: Emerging social issues*, New York, Praeger, pp.3-31.
- Szinovacz, M. E (1983), «Using couple data as a methodological tool: The case of marital violence», in *Journal of Marriage and the Family*, Vol. 45, pp. 633-644.
- Welzer-Lang, D. (1996), *Les Hommes Violents*, Paris, INDIGO & Côté-femmes Éditions.
- Yllo, K. A. (1993), «Through a feminist lens: Gender, power, and violence», in Gelles, R. J. & Loseke, D. R. (Eds.) *Current Controversies on Family Violence*, Sage, Newbury Park, pp.31-46.